



SEÇÃO: ARTIGOS LIVRES

Teologia do domínio: a influência religiosa e o perigo da imagem do caos

Dominion theology: the religious influence and the danger of the image of chaos

Teología del dominio: la influencia religiosa y el peligro de la imagen del caos

Donizete Xavier¹

orcid.org/0000-0002-1236-638X
djxavier@pucsp.br

Recebido em: 7 out. 2024.

Aprovado em: 11 out. 2024.

Publicado em: 26 nov. 2024.

Resumo: Este artigo explora o conceito da teologia do domínio, questionando se esta deve ser entendida como uma sistematização teológica ou, mais propriamente, como uma problematização de natureza ideológica. Dado que não se trata de uma única teologia, mas de múltiplas abordagens, a teologia do domínio se apresenta como um fenômeno complexo. A análise destaca que essa teologia, em seus diversos desdobramentos, tem contribuído significativamente para a expansão das igrejas neopentecostais e para o fortalecimento das bancadas religiosas cristãs no Brasil, especialmente no âmbito do Poder Legislativo. Esses grupos, frequentemente defensores de um espectro ultraconservador, utilizam argumentos teológicos, morais e escatológicos, muitas vezes influenciados pelo pensamento norte-americano. O artigo visa demonstrar o pano de fundo dessa teologia, ressaltando o risco iminente da projeção de poder baseada na construção de uma imagem.

Palavras-chave: Domínio. Poder. Violência simbólica. Escatologia.

Abstract: This article explores the concept of Dominion Theology, questioning whether it should be understood as a theological systematization or, more appropriately, as an ideological problematization. Given that it is not a single theology but rather a collection of multiple approaches, Dominion Theology presents itself as a complex phenomenon. The analysis highlights that this theology, in its various developments, has significantly contributed to the expansion of neo-Pentecostal churches and the strengthening of Christian religious caucuses in Brazil, especially within the Legislative Branch. These groups, often defenders of an ultraconservative spectrum, use theological, moral, and eschatological arguments, frequently inspired by American thought. The article aims to demonstrate the background of this theology, emphasizing the imminent risk of power projection based on the construction of an image of chaos.

Keywords: Dominion. Power. Symbolic Violence. Eschatology.

Resumen: Este artículo explora el concepto de Teología del Dominio, cuestionando si debe entenderse como una sistematización teológica o, más propiamente, como una problematización de carácter ideológico. Dado que no se trata de una teología única, sino de múltiples enfoques, la Teología del Dominio se presenta como un fenómeno complejo. El análisis destaca que esta teología, en sus diversos desarrollos, ha contribuido significativamente a la expansión de las iglesias neopentecostales y al fortalecimiento de los grupos religiosos cristianos en Brasil, especialmente en el ámbito del Poder Legislativo. Estos grupos, que a menudo defienden un espectro ultraconservador, utilizan argumentos teológicos, morales y escatológicos, a menudo influenciados por el pensamiento norteamericano. El artículo tiene como objetivo mostrar los antecedentes de esta teología, destacando el riesgo inminente de proyección de poder a partir de la construcción de una imagen.

Palabras clave: Dominio. Fuerza. Violencia simbólica. Escatología.



¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Introdução

Nos últimos tempos, a teologia do domínio tem chamado a atenção de todos, não somente porque muitos a entendem como uma passagem da teologia da prosperidade à teologia do domínio, mas também porque, com seus múltiplos desdobramentos, está última tem fortalecido a expansão das igrejas evangélicas neopentecostais no Brasil e, por conseguinte, promovido o crescimento das bancadas religiosas cristãs nos âmbitos do Poder Legislativo. Essa união entre Igreja e política está vinculada ao fortalecimento da extrema direita no Brasil, que faz eclodir uma teologia da batalha espiritual entre o bem e o mal, resultando em um certo tipo de dualismo epistemológico maniqueísta que impele seus fiéis a um certo escapismo. Ideologicamente, instaura-se a ideia do mal, do desagradável e do caos, instigando os fiéis a fugir de realidades que divergem daquilo que pensam e desejam, levando-os a combatê-las nessa grande batalha espiritual. Como afirma João Décio Passos (2021, p. 2015), essa teologia, "dispensa sistematizações por utilizar-se de verdades reveladas, disponíveis em fragmentos".

Historicamente, trata-se do chamado "cristianismo do despertar", um tipo de evangelismo originário dos Estados Unidos que se desenvolve no contexto das igrejas protestantes independentes, especialmente aquelas com raízes pentecostais e carismáticas, exercendo um papel bem definido e específico. Em outras palavras, esse espectro religioso constituído por apocalípticos evangélicos extremos que querem ganhar a todos para Cristo, se apresenta como uma forma de cristandade evangélica (Kehl, 2001). No centro da pregação deste tipo de evangelismo, não está o Evangelho, mas a expectativa do retorno próximo de Cristo sobre a Terra, e a missão evangélica é ganhar a todos a Cristo. "A esses movimentos importam sobretudo a renovação do indivíduo, que deve entregar sua vida a Cristo, e a evangelização do mundo inteiro" (Kehl, 2021 p. 84).

Nesse sentido, podemos dizer que sua hermenêutica religiosa é imagética e concreta: o que conta é a seletividade e o anacronismo; não há

espaço para o diálogo entre a Bíblia e a ciência; a relação entre a fé e a razão é posta em xeque; cristianismo e humanismo parecem ser coisas antagônicas. Elabora-se uma leitura hermenêutica fundamentalista antiquada e anti-humanista dos textos do Antigo Testamento – não há espaço para o imperativo cristológico do amor presente no Novo Testamento. Tem-se nas mãos um plano bem elaborado, uma estratégia de ampliação de domínios, pois, "trata-se de uma maneira quase nostálgica de olhar para os Estados teocráticos ou, de qualquer forma, que olha a religião para consolidá-la e provocar muros e deportações que ferem", como afirma o teólogo Spadaro (2017a).

Estamos diante de um plano teopolítico bem definido, no qual categorias teológicas são instrumentalizadas a serviço desta elaboração. Para Spadaro (2017a): "O plano teopolítico fundamental é criar um reino da divindade aqui e agora. E essa divindade é, obviamente, a projeção do poder que foi construída". O anacronismo é a marca de um poder divino que está posto nas mãos daqueles que querem deter o poder, não se importando com o preço a ser pago. O objetivo principal é a expansão de territórios de influência. O essencial é que o poder de Deus alcançou o poder político (Passos, 2021). Dessa forma, a teologia da prosperidade evolui para a teologia do domínio, à medida que os evangélicos perceberam a força política e, por outro lado, a política reconheceu o impacto do movimento evangélico.

O pano de fundo da passagem da teologia da prosperidade à teologia do domínio

A questão central do neopentecostalismo no Brasil hoje não se resume à transição da teologia da prosperidade para a teologia do domínio, mas ao que está por trás dessa mudança. A pergunta essencial é: qual o pano de fundo dessa transformação? O perigo maior reside no que ocorre em seu subsolo, onde suas raízes se aprofundam e se expandem, promovendo a ampliação de domínios. O mais preocupante é o que está por vir, já que a teologia do domínio se apropriou de um novo instrumento de poder: a violência simbólica.

Nesse contexto de acentuado dualismo epistemológico maniqueísta, estamos presenciando uma mudança na mentalidade das igrejas neopentecostais. Anteriormente, elas adotavam uma visão pré-milenista do Apocalipse; agora, assumem uma perspectiva pós-milenista. No modelo milenarista, especialmente no que diz respeito a Ap 20,1-6 – um texto fundamental para os pós-milenistas, que anuncia um reinado de Cristo na Terra por mil anos antes do fim –, encontramos uma escatologia “que não se satisfaz com um eshaton situado além do tempo” (Kehl, 2001, p. 84). Para essa vertente evangélica, a teologia do domínio se apresenta como a manifestação do Reino no presente.

Quando tratamos da mentalidade escatológica milenarista, encontramos três vertentes principais derivadas de escolas escatológicas: pré-milenismo, milenismo (ou amilenismo), e pós-milenismo. O milenismo, ou amilenismo, de origem profundamente espiritual, vê a Igreja como o verdadeiro Israel de Deus e Israel como o único povo de Deus. Já os pré-milenistas acreditam que o mundo caminha para uma decadência total e que nada de bom pode vir dele. Esse pessimismo social é uma característica marcante do pré-milenismo, mas a esperança repousa na promessa de que Jesus trará a paz. Para eles, a Igreja é o Israel espiritual, e Deus cumprirá Suas promessas no milênio. Essa visão escatológica se centra na ideia de que Jesus restaurará o Reino que nenhum sistema humano consegue realizar (Kehl, 2001). Segundo Antônio Gouveia Mendonça (2004, p. 70),

[...] essa linha escatológica apresenta uma grande ênfase no fim do mundo, gerando, por parte de seus seguidores, uma atitude de relativização dos bens terrenos e uma aparente apatia em relação à atuação na sociedade e à participação política.

O pós-milenismo, por outro lado, é marcado pelo “domínio da Igreja na Terra”. O problema, como aponta Sayés (2006, p. 161), é que

[...] o milenarismo espiritual não tem de seu lado nenhuma prova e se opõe ao ensinamento bíblico que fala das duas vindas de Cristo: uma na humilhação da carne e outra em sua gló-

ria, que dará lugar ao juízo universal, seguido imediatamente pela retribuição de cada um.

O milenarismo foi rejeitado pela teologia alexandrina, que o considerava “demasiado judeu, materialista, primitivo e de ordem sensível” (Kehl, 2003 p. 168).

Joseph Ratzinger compreende que, na escatologia milenarista, se desenvolve a ideia de que Deus deve realizar seu propósito em relação ao ser humano e à história ainda neste mundo. Ele afirma:

Portanto, haverá de existir um tempo final intra-histórico, em que tudo será autêntico como deve ser. Isto significa que as categorias intra-históricas e as meta-históricas foram unificadas. O intra-histórico é entendido de tal maneira que já não pertence ao pensamento histórico; o meta-histórico se converte em algo milagroso que pode realizar-se na história. Esta dualidade da espera encontra raízes nos diversos modos e significados de esperança de salvação no judaísmo do Antigo Testamento (Ratzinger, 2017, p. 375).

Ratzinger, ao citar Martin Buber, acrescenta que essa é uma declaração teopolítica: “Chegará o tempo de um grande esplendor político, um reinado de David e de Israel, com plenos poderes e tal segurança, categorias que pressupõem a Deus como agente político imediato” (Ratzinger, 2017, p. 376).

Como previa Buber, na citação de Ratzinger (2017, p. 376), quando essa teologia é transportada para o campo da ideologia, ela se torna um meio eficaz de impor uma ideologia por meio de teologias do domínio. As teologias do domínio, de fato, descobriram essa estratégia. A partir da escatologia, elas encontram uma forma de alimentar projetos de expansão de poder. No contexto neopentecostal, a mudança semântica nos discursos e posturas de líderes como Edir Macedo, Silas Malafaia e Marco Feliciano não é por acaso. No livro *Plano de Poder*, Edir Macedo (2008, p. 69), fundamentando-se em Thomas Hobbes e no Antigo Testamento, afirma que Deus é um estadista e, sobretudo, um gestor da coisa pública. Ele finaliza o livro ressaltando que o “Brasil tem uma população de aproximadamente 40 milhões de evangélicos” e que essa “potencialidade” não pode ser desperdiçada ou permanecer adormecida em termos de poder estatal (Macedo, 2008, p. 123).

A palavra "milénarismo", de origem grega (*chilioi*) ou do latim (*mille*), que significa "mil", refere-se à doutrina sobre o reino pacífico de Cristo na Terra durante mil anos (Kehl, 2003, p. 168). Essa esperança surgiu após a destruição de Jerusalém, destacando-se especialmente entre o grupo judaico-cristão dos ebionitas, que acreditava que Jesus era o Messias, mas um homem comum, filho de sangue de Maria e José.

Essa teologia está voltada para o empoderamento e a expansão de territórios, com um plano teopolítico centrado no estabelecimento de um reino divino no "aqui e agora". Esse impulso revela tanto a insatisfação com um eshaton situado além do tempo e do fim do mundo, quanto a crença de que o ser humano, sob o pacto da graça, é responsável por governar o mundo. Em outras palavras, o homem é incumbido de manter o domínio sobre a criação, em obediência às leis divinas.

Dessa forma, o que observamos é a apropriação desta teologia escatológica como uma estratégia para ampliação de poder. Nesse sentido, é interessante notar a mudança de postura dos evangélicos neopentecostais no Brasil nos últimos anos. Anteriormente, sob uma ótica pré-milenista, os cristãos evangélicos tendiam a ser mais reservados na política e evitavam o envolvimento em questões públicas. Como destaca Mendonça (2004, p. 70): "todo o conservadorismo protestante e, particularmente, todos os fundamentalistas de todos os matizes, proclamam o pré-milenismo".

Com o surgimento da teologia do domínio, o panorama se transforma. A ideia de expansão de domínios reflete um novo desafio: a complexidade da existência humana deixa de se pautar pela esperança em um "novo céu e nova terra" e se baseia em uma visão distópica do caos regulador da vida. Nesse contexto, questiona-se as indicações proféticas da soberania de Deus, que prometem um "Amém" em Cristo (2Cor 1,20). As pregações pós-milenistas acabam esvaziando a simbologia neotestamentária – "Reino de Deus", "novo céu e nova terra", "Jerusalém celeste", e as "bodas do cordeiro" –, desassociando esses símbolos da consumação escatológica prometida por Cristo.

Essa interpretação escatológica pós-milenista

propõe que a segunda vinda de Cristo ocorrerá após uma era de prosperidade e dominação cristã (Kehl, 2001). Nesse cenário, os cristãos devem dominar todas as esferas da sociedade, ganhando-as para Cristo. A teologia do domínio também se baseia na ideia de que o mundo está em caos, o que justifica a necessidade de cristianizar todas as esferas da sociedade para que, somente após essa "cristianização", Cristo retorne. Essa visão é problematizada por Sayés (2006), que afirma que a crença de um reinado temporal de Cristo por mil anos, antes do fim dos tempos, é um erro teológico. Para Sayés, essa perspectiva milenarista foi refutada pelos padres da Igreja, pois implica um desfrute materialista dos bens terrenos, em oposição ao reino espiritual pregado por Cristo.

A teologia reconhece que o fim não destrói o anterior, mas o consoma, transformando-o em uma nova ordem de existência. Jesus disse: "O Reino de Deus é como um homem que joga a semente na terra... ela cresce, sem ele saber como isso acontece" (Mc 4,26). Essa é a lógica escatológica do Reino de Deus: a vida germina lentamente, sem intervenção humana direta. Ao contrário, a teologia do domínio coloca em xeque a metáfora do Reino como algo que cresce silenciosamente, pois propõe um reino messiânico imediato, que busca transformar o mundo por meio das ações humanas, sem a presença de Cristo, e não da fidelidade à esperança cristã.

O problema teológico central do milenarismo, portanto, está no equívoco de considerar que a consumação do Reino envolve o desfrute pleno dos bens temporais. A teologia do domínio, com suas bases no milenarismo, acaba propondo um cristianismo funcional e alinhado ao capitalismo, enfatizando consumo, acúmulo de capital e lucro, em vez de comunhão e fraternidade, como ensinou Cristo. A teologia da esperança cristã, por outro lado, fala de uma transformação profunda do mundo, baseada no amor encarnado de Deus (1Cor 15,28), conforme reforçado pelo Concílio Vaticano II na *Gaudium et Spes*, em que se afirma que a esperança escatológica não diminui a importância das tarefas temporais, mas lhes

confere um novo sentido (*Gaudium et Spes*, 39).

Além disso, há o dispensacionalismo, uma visão escatológica que separa Israel e a Igreja como dois povos distintos de Deus. Ligado a essa perspectiva está o problema do sionismo cristão, em que movimentos evangélicos acreditam que a defesa de Israel, conforme prometido no Antigo Testamento, é uma obrigação divina. Essa aliança entre cristãos e judeus, baseada na visão de que Israel é o "relógio de Deus" para o fim dos tempos, tornou-se uma questão política no Brasil, com manifestações públicas de apoio a Israel, reforçando um alinhamento ideológico com o sionismo. Como mostram Machado, Mariz e Carranza, isso não se limita a uma questão religiosa, mas envolve ações políticas de movimentos cristãos transnacionais pró-Estado de Israel.

A Teologia dos Sete Montes

Quando falamos de teologia do domínio, nos deparamos com abordagens teológicas que defendem a ideia de um domínio social e político, guiado por imperativos teológicos. Segundo Breno Martins Campos e Tiago de Melo Novais (2021), uma das principais vertentes dessa teologia é a chamada "Teologia dos Sete Montes", vinculada ao dominionismo pentecostal. Essa teologia se caracteriza por uma hermenêutica bíblica que enfatiza visões espirituais, destacando a luta entre o bem e o mal em um esquema dualista maniqueísta. Isso leva seus seguidores a adotar uma postura de confronto contra os poderes que governam as esferas sociais, que devem ser "dominadas" pelos cristãos como parte do plano de controle das instituições políticas e culturais.

A Teologia dos Sete Montes, surgida na década de 1940 no movimento Latter Rain e no crescimento de denominações pentecostais nos EUA após a Segunda Guerra Mundial, foi impulsionada pela restauração do ministério apostólico nos anos 1990, promovendo a ordem e a paternidade espiritual na Igreja. Entre os principais proponentes dessa corrente está o teólogo Peter Wagner, que influenciou fortemente a sistematização da Teologia dos Setes Montes por meio dos escritos de Johnny Enlow. Eles convocam os

cristãos neopentecostais e tradicionais a retomar o controle de sete esferas de influência cultural: religião, família, governo, educação, mídia, arte/entretenimento e negócios.

Dentro dessa teologia, Deus é visto como o governante supremo, o Rei e gestor da "coisa pública", e os cristãos são seus ministros, incumbidos de administrar e dominar essas esferas em nome da fé. O domínio dos Sete Montes encontra respaldo em uma interpretação literal de passagens bíblicas como Apocalipse 17,8-10, que fala de uma besta escarlate com sete cabeças, identificadas como "sete montanhas". Para os defensores da Teologia dos Sete Montes, essa imagem representa as esferas culturais que os cristãos devem dominar. A ideia é que o controle sobre essas áreas deve ser exercido de acordo com princípios divinos, levando à transformação da sociedade e ao estabelecimento do Reino de Deus na Terra.

Essa teologia tem implicações práticas e políticas claras, especialmente no contexto neopentecostal, em que a "missão" de dominar essas áreas é vista como essencial para o cumprimento de um mandato divino de expansão e controle das estruturas de poder e influência social.

O teonomismo reconstrucionista

O segundo imperativo da teologia do domínio é o teonomismo reconstrucionista, uma vertente reformada (calvinista) com uma ancestralidade teológica mais complexa e raízes profundas no pensamento calvinista (Campos; Novais, 2021). Em um movimento anacrônico, essa teologia defende a restauração e a aplicação de determinadas leis bíblicas, ressaltando uma visão teocrática – ou neoteocrática – em que Deus teria chamado os conservadores, iluminados e escolhidos para exercer o domínio, com destaque especial para a área da educação.

De acordo com Spadaro (2017a), o pastor Rousas John Rushdoony (1916-2001), filósofo, historiador e teólogo calvinista, é considerado o pai do chamado "reconstrucionismo cristão" (ou "teologia dominionista"), que teve grande impacto na visão teopolítica do fundamentalismo

cristão. Seus escritos exerceram grande influência sobre a direita cristã, destacando uma teologia baseada em uma interpretação fundamentalista das Escrituras.

Essa teologia reconstrucionista promove uma teocracia, ou neoteocracia, que estabelece uma conexão simbólica entre Deus e o soberano. Como descreve o teólogo João Décio Passos (2021, p. 115), a relação entre o *rex imago Dei* (rei como imagem de Deus) e o *Deus imago rex* (Deus como imagem do rei) se torna inseparável: "Deus e o soberano eleito formam os dois lados de um mesmo regime, que concebe céu e terra de modo conectado e professa sempre a origem celestial de todas as empreitadas terrestres". Assim, essa teologia afirma que as ações humanas, especialmente as políticas educacionais, têm uma origem e uma legitimidade divinas, reforçando a ideia de um governo teocrático em que os escolhidos governam em nome de Deus.

A violência simbólica

A questão que se apresenta não diz respeito apenas ao tipo de teologia vigente, mas também à ideologia que fundamenta as afirmações do "religioso", inserindo-se em uma estratégia de domínio e controle cultural e político. A teologia do domínio evoca uma linha de interpretação fundamentalista e um pensamento teológico acerca do papel da Igreja na sociedade contemporânea, apropriando-se da simbólica e da imaginação pessoal e coletiva. Como dizia a voz profética de Michel de Certeau (1980, p. 123): "a grande tragédia do nosso tempo é a do real fabricado", pois deixamos de ter acesso ao real original e adentramos o horizonte da manipulação das ansiedades e inseguranças.

Caso haja algum tipo de manipulação, ela se manifesta na esfera simbólica da existência, buscando distorcer a percepção da realidade, dificultando o acesso a experiências autênticas e resultando em um estado de alienação. Pierre Bourdieu (2021, p. 9), ao desenvolver o conceito de "violência simbólica", destacou que essa forma de violência surge da desigualdade de poder entre grupos sociais e religiosos. Para esse autor, a vio-

lência simbólica é enraizada na constante criação de crenças durante o processo de socialização, levando o indivíduo a se posicionar no espaço social segundo os critérios do discurso dominante. Em outras palavras, a violência se manifesta quando o indivíduo aceita e valida o poder desse discurso hegemônico (Bourdieu, 2021).

O cristianismo é a religião do encontro e da esperança. Contudo, o que se observa na teologia do domínio é a construção de um discurso equivocado, estruturado como uma ameaça existencial, antiquada e anti-humanista. Essa teologia promove uma simbologia de violência, pautada em um discurso de ódio, alimentado por um elevado grau de manipulação, contribuindo para a desinformação sob o disfarce de "ordem social".

Um dos elementos fundamentais da Teologia dos Sete Montes, conforme abordado anteriormente, é a questão da batalha espiritual. Segundo essa teologia, o domínio de todas as áreas da sociedade, tanto pessoais quanto corporativas, será alcançado somente por meio dessa batalha. Nesse contexto, é necessário lutar contra as potestades malignas específicas que operam no mundo. Se para Bourdieu (2021) a violência simbólica é um meio de exercício do poder simbólico, a teologia do domínio instaura uma autêntica "simbólica do mal". Isso ocorre porque, para seus adeptos, o mal está presente, e o diabo se infiltra nas fissuras da nossa existência. Fala-se mais do diabo do que de Deus, e é nesse campo imagético que o poder da violência simbólica atua efetivamente. Sem qualquer escrúpulo religioso, transita-se da teologia do ódio à teologia da eliminação do outro, pois, para essa teologia, Deus manda matar.

A guerra foi declarada, e a batalha final contra o inimigo já começou. Neste cenário, fala-se muito mais de distopia do que de utopia, promovendo a ideia de um mundo caótico e em colapso. Impõe-se a noção de que a história da humanidade está imersa em um momento sombrio, em que o mal definitivamente tomou conta do mundo. Assim, a humanidade estaria vivendo uma grande distopia. Esse sentimento distópico leva as pessoas a buscarem nas formulações religiosas uma forma

de escapismo, facilitando a manipulação das massas e permitindo a legitimação de diversos tipos de atos de violência simbólica.

Esse tipo de violência é cruel, pois afeta o campo imagético e desestabiliza a imaginação. Para o filósofo e sociólogo Bourdieu, a manipulação é sempre um ato de violência simbólica, pois "o poder simbólico, como poder de construção da realidade, tende a estabelecer uma ordem, um sentido imediato do mundo social" (Bourdieu, 2021, p. 9). No uso deliberado da teologia do domínio e de todos os matizes fundamentalistas, a imaginação não se torna apenas o lugar da violência, mas também, como diz o ditado: "a louca da casa". Ao imaginar e decretar uma batalha espiritual, essa teologia constrói um conjunto de representações que legitimam e ampliam a dominação.

O Armagedom iminente

O problema escatológico da teologia do domínio, centrado na ideia de Armagedom iminente, revela-se na expectativa de uma justiça divina a ser instaurada em breve, alimentada por uma visão maniqueísta do combate espiritual entre o bem e o mal. A narrativa dominionista posiciona o caos e o mal como forças predominantes no mundo, criando a necessidade de um confronto espiritual final como inevitável e urgente.

Segundo essa visão, o apocalipse não é apenas esperado, mas desejado com ansiedade, para que os cristãos possam triunfar e estabelecer um Estado teocrático. Antonio Spadaro (2017b) chama a atenção para o perigo dessa visão apocalíptica acelerada, comparando-a com o fundamentalismo islâmico. Ambos compartilham a crença em um fim do mundo iminente, que deve ser precipitado por meio de uma batalha decisiva. Assim, a teologia do domínio não só promove o domínio teocrático do Estado pela religião, mas também o uso da violência simbólica e política para apressar esse desfecho.

O cerne do problema reside na tentativa de acelerar um apocalipse pós-milenista, no qual o triunfo cristão justificaria a criação de um Estado governado por diretrizes teocráticas. Essa

perspectiva coloca em risco a democracia e fomenta discursos de ódio e violência, que se tornam "necessários e legítimos" para aqueles que acreditam estar travando uma guerra espiritual contra o mal (Passos, 2021, p. 160).

Uma escatologia enlouquecida

"Não estamos diante de uma escatologia enlouquecida, de aparências enganosas?", como diria Ricoeur (2009, p. 115). Segundo o cientista da religião Pastor Hermes Fernandes (2024), o maior problema da escatologia do domínio é:

a) querer trazer para os dias atuais as leis de Moisés, como se Deus tivesse o objetivo de instaurar no mundo uma teocracia, a qual eles chamam de reino de Deus; com a Teologia do Domínio, o papel da Igreja é estabelecer o reino de Deus na Terra através das leis. Defendem a instituição da escravidão dos negros, alegando falsamente que essa prática está autorizada na Bíblia; defendem a misoginia de forma naturalizada, pois acreditam que Deus se fez superior à mulher. Além disso, são xenófobos, defendendo os Estados Unidos como o novo Israel. Alguns teólogos do domínio são a favor da pena de morte aplicada a homossexuais.

Manter a ideia de um cristianismo anacrônico, como mera rememoração com aparências enganosas tiradas literalmente do Antigo Testamento, apoia-se na imagem de um Deus do ódio e da vingança, em contraste com o Deus do amor anunciado por Jesus Cristo. Esse tipo de teologia é mais perigoso do que se imagina. "A intolerância é a marca celestial do purismo; o reducionismo, a metodologia exegética; e o ultraliteralismo, a chave hermenêutica" (Spadaro, 2017a). Esse tipo de teologia pode legitimar teologicamente a pena de morte, como mencionado anteriormente, o que significa que, para um teonomista cristão, a pena de morte pode ser vista como punição divina para crimes que ofendem a Deus.

Na teologia do domínio, Deus não apenas odeia o pecado, mas também o pecador. Um cristão reconstrucionista é um cristão pós-milenista cuja tarefa, dentro dessa escatologia radical, não é a fuga mundi (fuga do mundo), mas o domínio sobre ele. É nesse contexto que eu ousou chamar essa escatologia de enlouquecida e esquizofrênica, onde aparece a figura do mito. Como afirma

João Décio Passos (2021, p. 157): "como em todo mito, o personagem representa a garantia da execução das promessas. [...] Desenham saídas escatológicas para as crises históricas. O mito oferece saídas míticas e não projetos racionais".

Na teologia do domínio, os mitos têm um papel central, pois encarnam arquétipos de heróis, iluminados e guardiões, "do messias, do salvador das nacionalidades ameaçadas por forças antagonônicas do bem" (Passos, 2021, p. 159). Essas figuras míticas são essenciais para justificar e guiar o projeto teocrático e escatológico defendido por essa teologia.

O historiador João Carlos de Castro Rocha (2024) aponta que o Antigo Testamento, utilizado pela teologia do domínio, não é considerado em sua totalidade; ao abordar o mito, recorre-se à figura de Davi. Davi é destacado não como o menino que derrotou Golias, utilizando inteligência e astúcia, mas como rei, um modelo pecador ungi-do, senhor das armas e das batalhas, governante de um império. Mesmo após seu arrependimento, Davi é celebrado pela teologia do domínio. Em outras palavras, figuras como Trump, Milei e Jair Bolsonaro são consideradas "ungidas" independentemente dos pecados que possam cometer.

Os mitos políticos representam uma forma de pensar a realidade, encarnando um ideal restaurador que se apresenta como uma promessa de solução histórica imediata. A questão colocada não diz respeito apenas ao tipo de teologia vigente, mas também à ideologia que fundamenta as afirmações do "religioso" em uma estratégia de domínio e envolvimento cultural e político. Se a teologia do domínio refere-se a uma linha de interpretação fundamentalista e ao pensamento teológico sobre o papel da igreja evangélica pentecostal na sociedade contemporânea, ela se apropria da simbólica e da imaginação pessoal e coletiva.

A revelação proporcional versus a revelação histórica de Deus

Considerando tudo o que foi abordado até agora, surge a questão sobre a relação entre fé e esperança em meio a uma realidade desafiadora: até que ponto a fé pode sustentar a

esperança diante de aparências enganosas? Uma hermenêutica da fé poderia capacitar a Igreja a se transformar não apenas em uma instituição religiosa, mas em uma autêntica comunidade de fé em Jesus.

A teologia do domínio, no entanto, ignora a Revelação histórica de Deus, pois seus adeptos acreditam saber o que Deus deseja, desconsiderando a verdadeira comunicação divina. Para eles, a Revelação é entendida de forma proposicional, levando a uma interpretação da fé como simples assentimento a verdades reveladas a indivíduos escolhidos. Essa abordagem subjetivista resulta em "verdades fragmentadas" e compromete a base da Doutrina da Revelação.

Ademais, a teologia do domínio negligencia o mistério da Encarnação, essencial para a relação entre Cristologia e Antropologia. A doutrina ensina que, na Encarnação, o Verbo assumiu toda a humanidade, refletindo a união do Filho de Deus com todos os seres humanos. O Concílio Vaticano II enfatiza essa articulação, destacando a singularidade da Encarnação. A Encarnação é vista como a humanização de Deus, em que o divino se manifesta na história humana.

A relação entre Encarnação e escatologia deve ser reconhecida como uma tensão dinâmica, fundamental para evitar a oposição entre humanismo cristão e escatologia social. A teologia que minimiza a Encarnação corre o risco de instaurar um despotismo disfarçado de autoridade divina, agravando problemas éticos e sociais.

Críticas sobre a escatologia apocalíptica

Como afirma Medard Kehl (2001, p. 89), nos grupos evangélicos apocalípticos, existe uma "escatologia enlouquecida" em que a Encarnação e a parusia parecem quase desconectadas. Embora o Filho do Homem da história seja reconhecido como o mesmo Cristo que retornará, esses dois eventos da história da salvação são frequentemente vistos como independentes. A humildade da primeira vinda contrasta fortemente com a majestade da vinda futura em glória, sem que haja uma conexão profunda entre eles

em termos de significado teológico. Kehl (2001) problematiza essa separação entre a primeira e a última vinda de Cristo em três pontos principais:

No primeiro ponto desta, o que Jesus não alcançou com amor em sua primeira vinda, Ele estabelecerá no fim dos tempos com força, como Senhor da história (Kehl, 2001). Essa afirmação é alarmante, pois sugere que a Encarnação e a missão de Jesus foram insuficientes, como se não tivessem conseguido "dominar" ou transformar o mundo. A implicação é que o amor, o perdão e a humildade de Jesus falharam em cumprir seus propósitos. No entanto, essa leitura distorce a mensagem central do Evangelho, que nos ensina que a transformação do mundo ocorre por meio da entrega amorosa e do convite à conversão, e não pela imposição da força. Ao insinuar que Cristo só cumprirá plenamente sua missão estabelecendo sua soberania no final dos tempos por meio da força, essa visão contradiz o profundo significado da Encarnação, em que o poder divino se revela na vulnerabilidade e no serviço (Kehl, 2001). É fundamental lembrar que o Reino não é instaurado pela força da arma ou pela violência. O cristianismo não se alinha com a força e a Lei de Talião; Jesus pediu a Pedro que guardasse a espada na bainha: "Pedro, guarda a espada! Eu não devo beber o cálice que meu Pai me deu?" (Jo 18,11). Uma teologia que ignora o mistério da carne humana desconsidera a essência do Cristianismo, que é a Encarnação (Henry, 2014). Se Deus se fez carne em Jesus de Nazaré, isso significa que a natureza humana foi elevada à dignidade divina. A teologia do domínio, ao minimizar esse mistério, desumaniza a relação entre Deus e a humanidade. Ao focar exclusivamente em um reino espiritual de poder e controle, ela se distancia da dimensão concreta e encarnada da fé, em que Deus se revela no sofrimento, na vulnerabilidade e na condição humana. Qualquer teologia que despreza a carne humana ignora o verdadeiro significado da Encarnação.

No segundo ponto, Kehl (2001) também lembra que, para esses grupos radicais, a verdadeira redenção se dá mais pela vinda de Cristo no fim dos tempos do que pela sua Encarnação, morte

e ressurreição. Essa visão reduz o valor redentor da Encarnação e do sacrifício de Jesus, deslocando o foco para o futuro, como se a redenção completa só fosse ocorrer no final dos tempos. Essa teologia ignora o mistério da salvação já realizado na história por meio de Jesus Cristo (2001, p. 89). A Encarnação é o momento em que Deus se faz presente no mundo e oferece a redenção à humanidade por meio do amor sacrificial de Jesus. Ao desconsiderar isso e colocar ênfase apenas na vinda final de Cristo, essa abordagem cria uma teologia que desvaloriza o que já foi feito e testemunhado por Cristo em sua vida terrena (Kehl, 2001, p. 89). Como afirma Spadaro (2017a), para sustentar o conflito, suas exegeses bíblicas foram

[...] cada vez mais direcionadas para leituras descontextualizadas dos textos veterotestamentários sobre a conquista e a defesa da "terra prometida", em vez de serem orientadas pelo olhar incisivo e amoroso de Jesus nos Evangelhos.

Se Jesus é o "dizível" de Deus – tudo o que Deus disse de Si mesmo, Ele o disse por meio de Seu Filho – então uma teologia que ignora ou distorce a mensagem de Jesus também se nega a compreender a revelação divina. A vida, os ensinamentos e as ações de Jesus revelam um Deus de amor, compaixão e misericórdia. No entanto, a teologia do domínio constrói uma narrativa de poder, exclusão e controle, contradizendo o que Deus disse em Cristo. Essa abordagem enfatiza a autoridade e o domínio, enquanto Jesus apresentou o Reino de Deus como um espaço de serviço, perdão e acolhimento. Ignorar o que Deus revelou em Jesus é, portanto, uma clara opção por anular a mensagem de Cristo e seu Reino, pois essa perspectiva se propõe a preparar o mundo para a manifestação do Reino de Deus. Já não se leva em consideração a autoridade de Cristo e seus ensinamentos no Sermão da Montanha e no Mandamento da Planície, que nos exortam a amar até mesmo nossos inimigos. O que prevalece agora é um fundamentalismo evangélico, no qual "a intolerância é a marca celestial de purismo, o reducionismo e a meto-

dologia exegética, e o ultraliteralismo é a chave hermenêutica", conforme afirma Spadaro (2017b). O resultado dessa dinâmica é um ecumenismo do ódio, em vez de um ecumenismo do amor.

No terceiro ponto, Medard Kehl (2001) analisa que, para os fundamentalistas do tipo apocalíptico, a kénosis é considerada como um lamentável acidente histórico, pois está em contraste absoluto com a vinda futura na Glória. O que eles pregam é a volta de Jesus com o cedro na mão que vai matar a todos. Ele voltará glorioso depois que o Reino estiver instalado pelos cristãos. A kénosis, o esvaziamento de Jesus em sua Encarnação, é como um "acidente" ou uma fase temporária e lamentável que reflete uma visão que desvaloriza o modo como Deus escolheu entrar no mundo. A kénosis é o ponto central da revelação cristã: Deus, assume a condição humana para redimir a humanidade por meio do amor, pelo caminho da humildade e da solidariedade, assumindo como seu o nosso sofrimento humano.

Considerações finais

O fenômeno da teologia do domínio, como se apresenta hoje, revela-se como uma perigosa aliança entre religião e poder, permeada por uma paixão teocrática que se reveste de uma autoridade tirânica. A sedução pelo poder, em suas diversas manifestações, promove um fratricídio ideológico e espiritual que anula o verdadeiro sentido da Palavra de Deus, a qual se fez carne em Cristo e anunciou um Reino baseado na fraternidade, no amor e na comunhão, não na dominação e na intolerância.

A proposta da teologia do domínio não só perverte a mensagem central de Jesus, como também obstrui o diálogo com o diferente, promovendo uma consciência religiosa que se torna perversa, alimentando o ódio e a intolerância como princípios contrários à essência do cristianismo, que é o Amor.

Quando se ignora a kénosis de Deus e seu escondimento na cruz, lá onde Ele renuncia a toda forma de poder despótico, revelando-se como um Deus compassivo, solidário com o sofrimento humano, legitima-se o poder como forma arbi-

trária. A cruz de Cristo é o símbolo mais radical desse amor que se manifesta no sofrimento, mas que não diviniza a dor, e sim a redime, transformando-a em esperança. Este é o paradoxo fundamental do cristianismo: o poder do amor de Deus supera a impotência do sofrimento e abre, a partir da negatividade da história, um futuro de esperança. Contudo, a teologia do domínio coloca em risco essa mensagem ao promover a fusão entre poder religioso e político, gerando o que Kant chamaria de uma "patologia da esperança", uma falsa promessa de salvação por meio do domínio e da exclusão. Diante desse cenário, torna-se urgente resgatar a essência da fé cristã, centrada no Deus crucificado que compartilha do sofrimento humano e que nos chama, não à tirania do poder, mas à fraternidade, à comunhão e ao amor transformador. A cruz de Cristo não é apenas um escândalo, mas a revelação de um Deus que, ao sofrer, abre espaço para um novo futuro, em que o poder cede lugar à esperança e à renovação da história humana.

Referências

- BÍBLIA. Português. *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2012.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Edições 70, 2021.
- CAMPOS, B. M.; NOVAIS, T. M. Teologias do Domínio: Revisitando fontes e autorias. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, v. 47, n. 2, p. 29-40, 2021. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/index.php/PR>. Acesso em: 25 maio 2024.
- CERTEAU, M. *L'invention du Quotidien*. Paris: Gallimard, 1980.
- CONCÍLIO VATICANO II, 1962-1965, Vaticano. Constituição Dogmática *Gaudium et Spes*. In: VIER, F. (coord.). *Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações*. 23. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 141-256.
- FERNANDES, H. A babel teológica por trás do apoio de evangélicos aos Estados Unidos e a Israel. Entrevista cedida a Marcelo Menna Barreto. *Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, 2024. Não paginado. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/637399-a-babel-teologica-por-tras-do-apoio-de-evangelicos-aos-estados-unidos-e-a-israel>. Acesso em: 25 maio 2024.
- HENRY, M. *Encarnação: uma filosofia da carne*. São Paulo: Realizações, 2014.
- KEHL, M. *Escatologia*. Salamanca: Sígueme, 2003.

KEHL, M. *O que vem depois do fim?* São Paulo: Loyola, 2021.

MACEDO, E. *Plano de poder*. Deus, os cristãos e a política. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

MENDONÇA, A. G. Protestantismo brasileiro, uma breve interpretação histórica. In: SOUZA, B. M.; MARTINO, L. M. S. (org.). *Sociologia da Religião e Mudança Social: Católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil*. São Paulo: Paulus, 2004. p. 49-79.

PASSOS, J. D. *No lugar de Deus*. Ensaios (neo)teocráticos. São Paulo: Paulinas, 2021.

RATZINGER, J. *Escatologia*. Barcelona: Herder, 2007.

RATZINGER, J. *obras Completas X*. Ressurrei6n y vida eterna. Madrid: BAC, 2017.

RICOEUR, P. La hermenéutica de la secularizaci6n: fe, ideología, utopia. In: RICOEUR, P. *Ética y Cultura*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009. p. 97-118.

RICOEUR, P. Por un cristianismo profético. In: RICOEUR, P. *Política, sociedad, e historida eticidad*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2012. p. 112-124.

ROCHA, J. C. de C. Teologia do domínio é mais perigosa para democracia que bolsonarismo, diz historiador. Entrevista cedida a Andrea DiP, Clarissa Levy e Ricardo Terto. *Combate Racismo Ambiental*, [s. l.], 2024. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2024/03/12/teologia-do-dominio-e-mais-perigosa-para-democracia-que-bolsonarismo-diz-historiador/>. Acesso em: 25 maio 2024.

SAYÉS, J. A. *Escatologia*. Madrid: Pelicano, 2006.

SPADARO, A. "O ecumenismo do ódio" nos EUA. Entrevista cedida a Gerard O'Connell. Tradução: Luisa Flores Somavilla. *Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, 2017a. Não paginado. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/569691-o-ecumenismo-do-odio-nos-eua-entrevista-com-antonio-spadaro>. Acesso em: 25 maio 2024.

SPADARO, A. Fundamentalismo evangélico e integralismo católico: um 'ecumenismo do ódio'. *Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, 2017b. Não paginado. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/569668-fundamentalismo-evangelico-e-integralismo-catolico-um-ecumenismo-surpreendente>. Acesso em: 25 de maio 2024.

Endereço para correspondência:

DONIZETE XAVIER

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Rua João Ramalho, 466

Perdizes, 05008-001

São Paulo, SP, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.

Donizete Xavier

Doutor em Teologia Fundamental pela Pontifícia Universidade Gregoriana (PUG), Roma, Itália. Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo/SP, Brasil.